

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANILO FERMINO

A VIDA PRIVADA DO GOVERNANTE E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA ESFERA
PÚBLICA: JOSEF STÁLIN (1924-1953)

CURITIBA
2011

DANILO FERMINO

A VIDA PRIVADA DO GOVERNANTE E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA ESFERA
PÚBLICA: JOSEF STÁLIN (1924-1953)

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Especialista em Sociologia
Política, no Curso de Especialização em Sociologia
Política, Setor de Ciências Sociais, da Universidade
Federal do Paraná.

Orientador: Professor Gustavo Biscaia de Lacerda

CURITIBA
2011

RESUMO

O presente trabalho se propõe a refletir sobre como a vida privada de Josef Stálin – líder socialista revolucionário que governou a União Soviética de 1924 a 1953 – influenciou sua vida pública e trouxe consequências para a história da nação. Sob seu governo, União Soviética se transformou de um país de segundo plano para a segunda mais importante nação industrial do mundo. Por outro lado, sofreu perdas de milhões de vidas, depravação material, repressão política, e assistiu a ascensão de um inflexível sistema autoritário de leis, considerado, por muitos historiadores, como o motivo que impediu o desenvolvimento progressivo da União Soviética e do sistema comunista internacional. Sua complexa personalidade, que beirou proporções paranóicas, e os acontecimentos de sua vida privada, analisados em conjunto com fatos históricos, denotam as intersecções entre as esfera pública e privada, apontam para uma diminuição das barreiras entre esse campos, e permitem uma compreensão sociológica sobre as relações público-privado.

Palavras-chave: Stálin, vida pública e vida privada

ABSTRACT

The present work proposes a reflection on how Joseph Stalin's – revolutionary socialist leader who governed the Soviet Union from 1924 to 1953 – private life influenced his public life and brought consequences to the history of the nation. Under his rule, the Soviet Union was transformed from a background country to the second most important industrial nation in the world. On the other hand, the country suffered losses of million of lives, material depravation, political repression, and witnessed the rise of an authoritarian system of inflexible laws, considered, by many historians, as the reason which prevented the progressive development of the Soviet Union and also the International Communist Group. His complex personality, which edged paranoic proportions, and his private life events, analyzed synchronically with historic facts show the intersections between the public and private spheres, points to the decrease of the barriers between these fields and enables a sociological understanding of public-private relations.

Key-words: Stalin, private life, public life.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 5 |
| 2 VIDA PÚBLICA, VIDA PRIVADA E RELAÇÕES DE GOVERNABILIDADE | 7 |
| 3 A TRAJETORIA POLÍTICA DE STÁLIN E A RELAÇÃO COM O PODER | 17 |
| 4 O PÚBLICO E O PRIVADO NA VIDA DE STALIN | 34 |
| 5 CONCLUSÃO | 42 |
| REFERÊNCIAS..... | 44 |

1 INTRODUÇÃO

Questões como grau de cientificidade de temas relacionados às Ciências Sociais, bem como parâmetros de investigação diferenciados entre ciências humanas e exatas, são comumente debatidas em âmbito acadêmico, no entanto são comuns as tentativas de desvendar os conhecimentos sobre as sociedades, e conseqüentemente, sobre o homem. Esta monografia pretende analisar que aspectos da vida privada de Josef Stálin, líder do mundo comunista por quase trinta anos e supremo dirigente da União Soviética, interferiram em sua vida pública e na própria história do povo russo.

Sob o comando de Stálin, a União Soviética se transformou de um país de segundo plano para a segunda mais importante nação industrial do mundo. No entanto, como consequência, o povo soviético e o movimento comunista internacional viveram intensa repressão política, perda de recursos e de milhões de vidas, e a ascensão de um inflexível sistema autoritário de leis - considerado, por alguns historiadores, como sendo o mais ofensivo na história recente. A partir de fatos históricos intercalados com narrativas de situações pessoais vividas por Stálin, explorarei como foi a conduta e quais os fatores de cunho pessoal decisivos na vida política de um homem de personalidade muito controversa, que encarava seu engajamento às questões socialistas sem apresentar qualquer barreira entre sua vida privada e sua vida pública, o que fez uma sucessão de acontecimentos de cunho pessoal dar vazão para sua paranóia abarcar espaços estatais.

Em suma, o primeiro capítulo trará reflexões a respeito das relações de governabilidade, sua comunicação com o surgimento das esferas pública e privada, e o encurtamento da diferença entre essas duas esferas, o que permitirá argumentações a partir do diálogo entre os teóricos Michel Foucault, Hannah Arendt, e Philippe Ariès e Georges Duby. No segundo capítulo, sustentado por Simon Sebag Montefiore, Abarral e Estevão, e Eugène Enriquez, será exposta a trajetória política de Stálin e sua relação com o poder, destacando aspectos de seu temperamento e personalidade. Por sua vez, o terceiro capítulo relaciona acontecimentos da vida privada de Stálin com sua vida pública, a fim de demonstrar a comunicabilidade entre as referidas esferas, retomando

– para isso – os autores Michel Foucault e Montefiore, além de Jacques Lacan e de reflexões promovidas por Andréia da Silva Daltoé dos Anjos.

2 VIDA PÚBLICA, VIDA PRIVADA E RELAÇÕES DE GOVERNABILIDADE

O objetivo deste capítulo é abordar o surgimento da esfera pública e da esfera privada e sua evolução histórica, além de possibilitar reflexões teóricas acerca das relações de governabilidade e do exercício do poder.

“Aquele que não deixa transparecer nada de si faz parecer maior aquilo que executa” – essa é uma frase que compõe uma memória nomeada de “A arte de governar”, escrita por Luis XIV – monarca absolutista da França de 1643 a 1715 – ao seu filho e herdeiro do trono da França, em que procurava repassar alguns tópicos de preparação ao exercício do poder.

Segundo Nelson Schapochnik, em “Linguagem, Sociedade e Cultura na Europa Moderna”, a “arte de governar” era regida por padrões comportamentais que estavam sob efeito de códigos socialmente divididos, e que, conseqüentemente, manobravam a política como um espetáculo; códigos esses que presumiam a automanipulação de gestos, palavras e tonalidade de voz para se obter o reforço da autoridade do governante. Portanto, para garantir a manutenção de seu poder, o rei deveria estar cuidadosamente atento com a comunicação em público e com as conversas em particular.

Tal literatura faz parte do que Michel Foucault, em “Microfísica do Poder”, chama de as primeiras relações de governabilidade, que surgiram na Idade Média ou Antiguidade, através de tratados que primeiramente eram apresentados como conselhos de como o governante deveria se comportar, e que, entre os séculos XVI e XVIII, se tornaram uma verdadeira “arte de governar”. Apenas com o Mercantilismo se tem a primeira racionalização do exercício do poder como prática e como tática de governo. Anteriormente, o exercício do poder se apresentava por forma de vínculos pessoais entre servos e senhores, já que a economia européia era basicamente agrária, auto-suficiente e não comercial.

Segundo Foucault (1999, p. 286):

O Mercantilismo é a primeira racionalização do exercício do poder como prática de governo; é com ele que se começa a constituir um saber sobre o Estado que pode ser utilizável como tática de governo. [...]: o que fazer não tanto para o

que país seja rico, mas para que o soberano possa dispor de riquezas, constituir exércitos para poder fazer política. E quais são os instrumentos que o Mercantilismo produz? Leis, ordens, regulamentos, isto é, as armas tradicionais do soberano.

É sabido que com a diminuição das epidemias que adentravam a região e o fim das invasões bárbaras, a Europa passou a desfrutar de uma época de relativa calma, que, por sua vez, foi responsável pela eclosão de um *boom* populacional e pelo declínio da lógica de produção e de existência do feudalismo. Por conta do crescimento demográfico, a lógica de subsistência feudal já não seria suficiente para suprir a demanda. Outrossim, o fim das invasões bárbaras naturalmente dava ensejo a questionamentos acerca da continuidade da existência do sistema feudal, pois a criação dos feudos destinava-se a propiciar segurança na época da desagregação do Império Romano.

A necessidade de melhoria desse contexto fez com que o Estado assumisse uma postura intervencionista e fosse responsável pelo nascimento do comércio controlado. O poder novamente era apresentado na forma de propriedade à medida que as riquezas dos Estados passaram a ser medidas pela quantidade de ouro e de prata inventariados. Tem-se, portanto, a racionalização do exercício do poder usado como tática de governo.

Questionamentos sobre “por que ser governado”, “até que ponto ser governado” e “como ser governado” surgiram devido à perda de credibilidade eclesiástica (que futuramente geraria a Reforma e a Contra-Reforma). A condenação pelos religiosos dos lucros e juros advindos do trabalho da nova burguesia comercial, unidos às preocupações materiais e gastos desnecessários com luxos fez florescer, na classe burguesa mercantil, um sentimento de insatisfação.

Além disso, o crescimento do comércio fez com que mercantilistas europeus adquirissem muitas riquezas e tivessem condições de investir em produções artísticas. Essa época, conhecida como Renascimento, foi caracterizada por um aumento vertiginoso da produção científica e artística. Também fez surgir um homem mais crítico sobre as questões do mundo, que, com acesso a acervos e leituras que antes estavam concentradas nas mãos do clero, medrava pensamentos fundados na investigação da verdade por meio da razão e de experiências.

Este período da história foi marcado, dentro do contexto estudado, pela soberania atrelada à figura do governante. Um exemplo disso foi a repercussão da obra “O Príncipe”, de Maquiavel, que, por versar sobre a arte de governar, gerou publicações de literaturas anti-Maquiavel, e, segundo Michel Foucault, foi contra a conservação do principado, pela relação sublime que o príncipe manteve com seu povo.

Foucault salienta que “O Príncipe” não foi prontamente criticado, muito pelo contrário, foi aceito e reverenciado por contemporâneos e teóricos, resultando, no contexto de Napoleão e da Revolução Francesa, na consideração do cálculo de forças como fundamentos claros da racionalização das relações entre Estados; e as literaturas anti-Maquiavel que surgiram não eram essencialmente contra as estratégias de governo, mas, sim, contra um príncipe que governava superficialmente seu principado, atuando de maneira alheia à situação.

Para Foucault (1999, p. 279):

O importante é que esta literatura anti-Maquiavel não tem somente uma função negativa de censura, de barragem, de recusa do inaceitável: é um gênero positivo que tem objeto, conceitos e estratégia, e é em sua positividade que gostaria de analisá-lo. Sem dúvida encontramos uma espécie de retrato negativo do pensamento de Maquiavel, em que se representa um Maquiavel adverso. O Príncipe, contra o qual se luta, é caracterizado por um princípio: o príncipe está em relação de singularidade, de exterioridade, de transcendência em relação ao seu principado; recebe o seu principado por herança, por aquisição, por conquista, mas não faz parte dele, lhe é exterior; os laços que o unem ao principado são de violência, de tradição, estabelecidos por tratado com a cumplicidade ou aliança de outros príncipes, laços puramente sintéticos, sem ligação fundamental, essencial, natural e jurídica, entre o príncipe e seu principado. [...] É este liame frágil do príncipe com seu principado que a arte de governar apresentada por Maquiavel deve ter como objetivo.

Segundo Guillaume de La Perrière, em “Miroir politique contenant diverses manieres de gouverner” (um dos primeiros textos da literatura anti-Maquiavel), o sentido da palavra governar pode remeter a várias outras interpretações que não têm o mesmo sentido que Maquiavel explicita em “O Príncipe” (De La Perrière apud Foucault, 1999, p. 282).

Diz-se governar crianças, almas, uma casa, um convento, uma província, ou uma família. O sentido que Maquiavel dá à palavra governar constitui apenas um dos sentidos da expressão, e Foucault afirma que todas as maneiras de governar acontecem dentro da sociedade, portanto, uma tentativa de se encontrar uma forma de governo comum a todos os níveis se fez presente nessas literaturas.

Foucault resumiu a idéia da existência de diferentes formas de governo em três pontos: de si (que diz respeito à moral), da família (relativo à economia familiar) e do Estado (referente à política); formas distintas, mas por serem todas “maneiras de governar” encontram-se nas bases da continuidade ascendente e descendente, fundamentadas na forma do governo familiar, que foi a mais próxima forma de governo comum que se pode concluir. Continuidade ascendente no sentido de que aquele que quer governar o Estado deve primeiro saber governar a si próprio, sua família e seus bens. Continuidade descendente no sentido de que quando o Estado é bem governado, serve de exemplo para que os pais de família saibam governar suas respectivas famílias e seus bens, e por sua vez, as pessoas exprimem um comportamento esperado. Chega-se à conclusão, portanto, de que “a arte de governar é precisamente a arte de exercer o poder segundo o modelo da economia” (FOUCAULT, 1990, apud MORAES, 1998), pois o governo familiar nos remete à economia.

A administração doméstica passou a ser de domínio político e o Estado englobou funções, que anteriormente eram dirigidas pela família, em sua estrutura. E foi justamente isso que fez com que esfera privada entrasse para a história. Segundo Foucault, em “História da Sexualidade”, os fenômenos humanos entraram para o campo da política, ou seja, tornou-se operacional e público um novo poder, um poder que regula a vida, o que Foucault chama de biopolítica.

As referentes relações de governabilidade, bem como a biopolítica, remetem a espaços politicamente e comportamentalmente distintos, mas que, com o tempo, embaralharam-se em seus conceitos: a esfera pública e a esfera privada.

Historicamente, os conceitos de público e privado tiveram seus significados fundamentados em relação à época vivida. Richard Sennett (1989, p. 31), em “O Declínio do Homem Público” fundamenta a diferença entre esses dois conceitos:

As primeiras ocorrências da palavra ‘público’ em inglês identificam o ‘público’ com o bem comum na sociedade. Em 1470, por exemplo, Malory falou do imperador Lucius [...] ditador ou procurador do bem *público* em Roma’. Setenta anos mais tarde, havia-se acrescentado ao sentido de público aquilo que é manifesto e está aberto à observação geral. Hall escreveu na sua *Chronicle* (Crônica) de 1542: ‘Seu ressentimento não conseguia se refrear, mas protestava em locais públicos e também em locais privados’. Aqui, ‘privado’ foi empregado para significar privilegiados, um alto escalão do governo. Perto do século XVII a oposição entre ‘público’ e ‘privado’ era matizada de modo mais semelhante ao de seu uso atual. ‘Público’ significava aberto a observação de qualquer pessoa, enquanto ‘privado’ significava uma região protegida da vida,

definida pela família e pelos amigos. [...] Os significados atribuídos a *le public* na França mostram algo semelhante. No Renascimento a palavra era utilizada com um sentido amplo, em termos do bem comum e do corpo político; gradualmente *le public* foi se tornando também uma região especial da sociabilidade. [...] Dessa maneira, ‘público’ veio a significar uma vida que se passa fora da vida da família e dos amigos íntimos.

Em “A Condição Humana”, Hannah Arendt (2001, p. 45) aponta como causa do desaparecimento da diferença entre as duas esferas o fato de a gerência doméstica se transformar em interesse público.

A esfera privada da família, fenômeno pré-político na Grécia Antiga, transformou-se num ‘interesse colectivo’ controlado pelo monopólio de um Estado soberano, conseqüentemente a esfera privada e a esfera pública correlacionam-se reciprocamente. (ANTUNES, 2007, p. 4.).

O conceito de esfera pública, por oposição e em complemento à esfera privada, surgiu pela primeira vez na Grécia, em virtude do conceito da *polis* grega, onde os homens discutiam e expressavam suas idéias.

A esfera privada é a esfera da casa (oikos), da família e daquilo que é próprio (idion) ao homem. Baseia-se em relações de parentesco como a phratría (irmandade) e a phylé (amizade). Trata-se de um reino de violência em que só o chefe da família exercia o poder despótico sobre os seus subordinados (a sua mulher, filhos e escravos). Não existia qualquer discussão livre e racional. Os homens viviam juntos subordinados por necessidades e carências biológicas (por exemplo: alimentação, alojamento, segurança face aos inimigos). A necessidade motivava toda a actividade no lar: o chefe da família proporcionava os alimentos e a segurança face às ameaças internas (por exemplo: revolta de escravos) e externas (outros senhores que quisessem destruir uma dada casa e família), a mulher era propriedade do chefe da família e competia-lhe procriar e cuidar dos filhos, os escravos ajudavam o chefe da família nas actividades domésticas. Na esfera privada, existia a mais pura desigualdade: o chefe da família comandava e os outros membros da família eram comandados. O chefe da família não era limitado por qualquer lei ou justiça. Assegurando a manutenção da ordem doméstica, exercia um poder totalitário sobre a vida e a morte. Na esfera privada, o homem encontrava-se privado da mais importante das capacidades – a acção política. [...] A esfera pública é a esfera do comum (koinon) na vida política da polis. Baseia-se no uso da palavra e da persuasão através da arte da Política e da Retórica. Para Aristóteles, a esfera pública era o domínio da vida política, que se exercia através da acção (praxis) e do discurso (lexis). [...] Vencer as necessidades da vida privada constituía a condição para aceder à vida pública. [...] O poder da palavra através da persuasão (a prática da retórica) substitui a força e a violência da esfera privada. [...] Ter coragem era a condição para aceder à vida política afirmando uma individualidade discursiva e contrariando a mera socialização imposta pelas limitações da vida biológica privada. (ANTUNES, 2007, p. 2-3)

A partir do século XVIII, começou a se formar a concepção de um espaço público, separado do privado, como uma consequência do Estado que estava se formando. Da época Moderna até os dias atuais, o público se aproxima mais da idéia de social e de coletivo do que da concepção intrinsecamente política dos gregos, que excluía de sua definição o que fosse relacionado às necessidades vitais.

O termo 'público' remete para dois fenômenos distintos embora correlacionados. Em primeiro lugar "público" centra-se na idéia de acessibilidade: tudo o que vem a público está acessível a todos: pode ser visto e ouvido por todos. Quando divulgamos um pensamento ou um sentimento através de uma estória, bem como quando divulgamos experiências artísticas individuais o privado torna-se de acesso público. A garantia deste fenômeno depende de uma condição essencial: os outros têm de partilhar a realidade do mundo e de nós mesmos. [...] Em segundo lugar, o termo 'público' centra-se na idéia de comum. A realidade do mundo tem um bem comum ou interesse comum do artefacto e dos negócios humanos, na medida em que é partilhado por indivíduos que se relacionam entre si. (ANTUNES, 2007, p. 8-9).

Gradativamente, a esfera privada passou a incluir atividades próprias da esfera pública, tais como a administração da justiça e a criação das leis, que antes se restringiam ao âmbito familiar e à autoridade do chefe da família; da mesma forma, na Modernidade, a economia, que antes era assunto doméstico, passou a ter relevância pública.

Antunes (2007, p. 6) explica que:

Antes da desintegração da família nuclear, que ocorreu principalmente a partir do século XVIII, o chefe da família exercia um poder despótico controlando os membros da família e do lar evitando a desunião e afirmando uma opinião única detentora do interesse comum. O modelo de governo do chefe da família foi adotado na esfera política pelo poder despótico do Rei.

Philippe Ariès e Georges Duby, em "História da Vida Privada, da Renascença ao Século das Luzes", afirmam que há confusão entre público e privado nas sociedades em que o Estado tem caráter simbólico ou é fraco (como na Idade Média), pois o indivíduo se encontra alocado em espaços comunitários e feudais tais que vivencia um mundo que não é nem privado nem público, por conta da inexistência de propriedade particular que não seja vinculada a uma situação de dependência. Já no século XIX, segundo eles, a sociedade se constituía por uma grande população anônima, desconhecida; tal anonimato fez com que atividades como o lazer, o trabalho e o convívio familiar fossem considerados extremados.

Ariès e Duby apontam também para a existência de três fatos político-culturais que acreditam serem responsáveis por essa mudança de mentalidade da Idade Média; o primeiro deles é o papel do Estado como agente de imposição no espaço social.

No período que abarca o entretempo dos séculos XV e XVI, constatou-se uma peculiaridade em relação às expectativas sobre a ação individual e meio de agir. Despertar inveja, ganhar aprovação ou qualquer tipo de tolerância quanto à opinião faziam-se necessários em prol da honra.

Ariès e Duby (1991, p. 403) afirmam que “o indivíduo não era como era, mas sim como parecia, ou melhor, como conseguia parecer”. A partir do momento em que o Estado passou a reprovar e condenar a atitude extrema de defesa da honra (o duelo), ao mesmo tempo passou a interferir cada vez mais no âmbito da vida privada e familiar. Ser preso por ordem do rei evitava o brado público, e, de certa forma, se preservava a honra. Portanto, através das *lettres de cachet*¹, o rei impunha seu poder a um membro da família em detrimento de outro.

As conseqüências dessa massiva intervenção estatal na vida privada foram, segundo Ariès e Duby (1991, p. 604):

[...] a divisão da sociedade em três zonas: a sociedade cortesã, verdadeiro foro em quem sob cores modernas, mantinha-se a mistura arcaica de ação política ou estatal, de festividade, de engajamento pessoal, de serviço e de hierarquia, cujos elementos constitutivos em grande parte já existiam na Idade Média. No outro extremo da escala social, as classes populares das cidades e dos campos, nas quais persistiam durante muito tempo na mistura tradicional do trabalho e da festa, as vontades de ostentação e de prestígio, uma sociabilidade ampla, mutável, renovada. É o mundo da rua, da venda, do passeio. E a corte, a pequena nobreza, os notáveis medianos que sentem um prazer inédito em ficar em casa e manter relações agradáveis com uma pequena sociedade de amigos selecionados.

Outro fato político-cultural que permite entender a mudança dessa mentalidade foi a propagação da leitura e o desenvolvimento da alfabetização. A leitura em voz alta foi, por muito tempo, o único modo de se ler, mas, com a difusão da leitura silenciosa, muitas pessoas foram capazes de criar suas definições e conclusões para diferentes questões sobre o mundo. E, por fim (mas não menos importante), a religiosidade que se

¹ ARIÈS e DUBY (1991, p. 600). “Documento com selo do rei contendo uma ordem de prisão ou exílio, sem julgamento prévio.”

estabeleceu nos séculos XVI e XVII possibilitou desenvolver a introspecção e a devoção interior, sob forma de confissão ou de diário íntimo.

Estando os fatos político-culturais devidamente apontados, Ariès e Duby indicam também quais foram os primeiros indícios da privatização do espaço público que entrelaçaram os fatos político-culturais.

Um dos indícios mais relevantes foi a difusão da chamada literatura de civilidade, pois, entre os séculos XVI e XVIII, houve mudanças em relação à visão do próprio corpo e do corpo alheio. Manifestações como o abraço, o beijo na mão, o beijo no pé, foram cambiadas por ações discretas e secretas. Tais atitudes não mais se afirmavam aos olhos de outrem, mas sim, como dizem Ariès e Duby (1991, p.450), bastava “[...] lembrar aos outros apenas o necessário para não se fazer esquecer totalmente, sem se impor por um gesto excessivo [...]”. O novo pudor trazido pelas regras de civilidade pode ser entendido, conforme os autores, como manobras de negação da vida privada.

Um documento importante sobre a literatura de civilidade é o “Tratado de Civilidade Pueril”², o qual, mesmo tendo sido destinado à educação infantil, trata de coisas como:

o comportamento de pessoas em sociedade e, acima de tudo, embora não exclusivamente, do decoro corporal. A postura, os gestos, o vestuário, as expressões faciais, este comportamento externo de que cuida o tratado é a manifestação do homem interior por inteiro [...]. (ELIAS, 1994, apud NÓBREGA, 2005, p.601).

Revel em suas reflexões sobre a utilização da civilidade, afirma que, entre os séculos XVI e XVII, essas normas sofreram modificações, por conta de uma noção de higiene nova e pela afirmação de uma privacidade nova que repercutira na burguesia.

Sobre a questão da civilidade e polidez na burguesia, Ariès e Duby (1991, p. 604) afirmam:

A nobreza e a burguesia sempre julgaram que detinham a civilidade e a polidez, únicos meios espetaculares de distinguir-se a condição dos mais humildes. O elemento novo deve-se ao fato de que se torna necessário essa idéia de civilidade fora das práticas tradicionais da corte e da magistratura para transformá-la em norma social. Já não é uma classe ou grupo que deve

² NÓBREGA (2005, p. 601) “Tratado publicado em 1530 e destinado a Henri de Bourgogne, um menino nobre, filho do Príncipe de Veere.”

encarnar a civilidade, e sim o próprio Estado, a sociedade como um todo. Inicia-se então um processo de civilização no qual tudo que parece bárbaro, violento e irracional deve refinar-se de repente ou desaparecer. A polícia torna-se um dos meios mais seguros de obter um mínimo de civilização onde reina a confusão, ainda mais quando o poder joga com um equilíbrio de forças entre grupos sociais rivais. Nobreza e burguesia são grupos que se anulam ante o monopólio do Estado: suficientemente solidárias para não destruir o conjunto do sistema social, suficientemente conflitantes para não formar um bloco contra o rei. O povo ainda é grosseiro demais para administrar o poder, deve passar por um processo de pacificação, saneamento, refinamento. A partir daí, abre-se um campo de aplicação imenso; polidez, civilidade e harmonia devem invadir o espaço social, as relações individuais e coletivas, o conteúdo das relações entre famílias e comunidades urbanas.

Outro indício apontado em “História da Vida Privada da Renascença ao Século das Luzes”, é a literatura autográfica, que, com o desenvolvimento da alfabetização e a propagação da leitura silenciosa, desenvolveu na população uma vontade semiconsciente de se isolar, e a produção de testamentos (Idade Média) atendeu perfeitamente essa nova necessidade, transformando-a em um novo gênero literário.

O gosto pela solidão se faz presente, já que antes não o era admitido a um homem de elevada posição apenas quando se fosse rezar. A amizade, que antes era traduzida apenas em formatos de camaradagem militar dos cavaleiros da Idade Média, agora aparece como uma necessidade de compartilhar o gosto pela solidão com alguém.

Portanto, concluindo de maneira coerente, essa transformação, segundo Ariès e Duby (1991, p. 615):

[...] a conquista da intimidade individual, que marcou os séculos XVI e XVII, pois assinalaram o triunfo de um individualismo nos costumes. Os espaços sociais que a conquista do estado e o recuo da sociabilidade comunitária deixaram livres, vão ceder lugar ao indivíduo para se instalar no isolamento. Esse individualismo de costumes declinou a partir do século XVIII em proveito da vida familiar, pois a família absorveu todas as preocupações do indivíduo. Mesmo quando lhe deixava um espaço material. A organização de grupos de convivibilidade nos meios que não pertenciam à corte e estavam acima das classes populares, desenvolveram uma cultura dedicada à conversação, correspondências e leitura em voz alta. No século XVIII uma parte desses grupos tendeu a tornarem-se instituições, dotadas de regulamentos, perdendo a espontaneidade e informalidade. Os grupos que não se institucionalizavam – passando assim para o domínio público – perdiam peso para se tornarem passatempos secundários na vida cotidiana burguesa. A convivência do século XVII já não é um elemento significativo na sociedade do final do século seguinte. Outra forma de vida cotidiana invade o espaço social, tendendo pouco a pouco, em todas as classes sociais, a concentrar todas as manifestações da vida privada. A família já não é mais uma prisão para o indivíduo que só podia encontrar liberdade fora da família, agora a família se tornou um refúgio onde

se escapa dos olhares de fora, lugar de afetividade onde se estabelecem relações de sentimento entre o casal e os filhos.

Portanto, compreender as relações de governabilidade, os mecanismos por trás do exercício do poder e o surgimento da esfera pública e da esfera privada é fundamental para a seara da sociologia política e constitui ponto de partida para o capítulo seguinte, em que serão abordados aspectos da vida política de Stálin.

3 A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE STÁLIN E SUA RELAÇÃO COM O PODER

O objetivo deste capítulo é possibilitar o conhecimento da história pessoal e da trajetória política de Stálin, expondo aspectos de sua personalidade, seu modo de pensar e agir em prol dos ideais revolucionários e sua relação com o poder.

Nascido em 21/12/1879, em Gori, na Geórgia, seu verdadeiro nome era Josef Vissarionovitch Djugatchvili – mais conhecido no período de sua infância como Soselo (Zezinho). Seu pai, Vissarion Ivanovitch Djugatchvili (Beso), era sapateiro e alcoólatra, e, segundo alguns biógrafos, submetia o filho a severas surras e maus-tratos, pois teve sua criação pautada na servidão. Desejava que o filho seguisse seus passos, tornando-se futuramente um artesão. Sua mãe, Ekaterina Gheladze (Keke), era doméstica e ansiava que o menino estudasse para ser padre.

Escreveu-se muita psicologia rasteira sobre a infância de Stálin, mas do que podemos ter certeza é que cresceu numa família pobre e influenciada por padres, vítima de violência, insegurança e suspeita, porém inspirada pelas tradições locais e dogmatismo religioso, rixas entre famílias e banditismo romântico [...]. Era emocionalmente atrofiado e carecia de compaixão. (MONTEFIORE, 2006, p. 51).

Stálin ficou órfão de pai aos onze anos de idade e, ao contrário do que pretendia o genitor para seu futuro, a mãe desviou o menino do meio artesão, matriculando-o em uma escola paroquial em Gori, a fim de prepará-lo para entrar no seminário. E foi no período de escola paroquial que Stálin vivenciou suas primeiras experiências de diferenças de classes, de modo que desenvolveu desprezo e intolerância para com as pessoas mais ricas. Na adolescência, sua personalidade rebelde ficou ainda mais acentuada. Stálin chegou a admitir, em certa ocasião, que sua infância pobre e sofrida não teria sido a causa de seus ideais revolucionários, mas o período que estudou no seminário. No entanto, não se pode negar que seus tempos de criança contribuíram, em parte, para a formação da personalidade implacável e tirânica que revelaria no futuro.

Stálin já exercia influências políticas desde jovem, realizando atividades clandestinas em prol de suas convicções revolucionárias, o que culminou não só em sua expulsão do seminário em Tiflis (1899), mas também em exílios, frutos de

manifestações revolucionárias em prol da subversão do regime vigente. Foi nessa época que Stálin adotou o nome de Stálin, que significa “Homem de Aço”. Entrou para o Partido dos Trabalhadores Social-Democratas da Rússia e ficou diretamente engajado com as causas socialistas, participando ativamente de grupos intelectuais de estudos e ministrando aulas secretas. Ao ser admitido como jornalista oficial do Brdzola, já se podia notar forte ressentimento para com a igreja, visto que seus textos eram característicos de tal forma que apresentavam sempre algum tipo de metáfora em relação ao ambiente repressivo em que vivera no seminário.

Tal ressentimento, segundo Pierre Ansart, em “Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível”, tem sua definição original contemplada por três elementos: sentimentos difusos de ódio, inveja e hostilidade; sensação de impotência quanto à expressão de sentimentos; e a experiência renovada de impotente hostilidade. Ansart justifica o ressentimento nas sociedades democráticas, pois por haver liberdade de expressão, o não atendimento de reivindicações pode ser a raiz do ressentimento, já nas sociedades muito religiosas, extremistas ou que aderem ao sistema de castas, tendo em vista a tendência à inibição das projeções rancorosas em relação às castas superiores, já está enraizado na população o sentimento de subordinação imposta por essas sociedades, no entanto, no caso de Stálin, a invasão que sofrera pela educação religiosa o fez criar, mesmo assim, um tipo de ressentimento que Ansart justifica como possíveis repostas emocionais às falhas do sistema democrático.

Em 1903, os revolucionários que haviam sido exilados criaram um partido socialista único, inspirado na oposição à autocracia czarista, mas que, em sua própria criação, já mostrava seu caráter fragmentário. Segundo Leitão, em “A paranóia do soberano: uma incursão na alma da política”, as facções partidárias se estabelecem de uma forma específica:

A vontade de um grupo político sempre se choca com a vontade de outro grupo, antagônico, um corpo de idéias enfeixadas numa doutrina confronta-se com outro sistema conceitual, num embate perpétuo onde medram emoções contraditórias, neuroses e loucuras. A política é, portanto, o lugar no qual os valores e desejos tem um acoplamento privilegiado para, então, partirem rumo ao encontro do antagonista, cuja derrota e superação é equivalente do gozo. É exatamente, neste ponto, que julgo estar a fronteira entre subjetivo e objetivo na vida política, ou seja, aquela linha divisória imaginária que, como membrana osmótica, é atravessada permanentemente em dois sentidos: da consciência e

da inconsciência, da paixão e da razão, da lógica e da loucura política. (LEITÃO, 2000, apud DOS ANJOS, 2003, p. 58).

Uma simples dissensão política, para Leitão, é o que justifica o campo político como sendo uma área permeada pela subjetividade das emoções.

Em 9 de janeiro de 1905, uma pacífica manifestação em Petrogrado resultou no massacre dos manifestantes pela guarda palaciana do czar Nicolau II. Tal fato histórico, conhecido como “Domingo Sangrento”, foi o estopim para uma série de greves e revoltas, iniciando-se a revolução socialista na Rússia. Nesse período, Stálin se destacou por sua participação como organizador político e ativo jornalista do partido, bem como por sua preocupação quanto ao fortalecimento da máquina partidária. Embora tenha se aproximado de importantes líderes da social-democracia russa, ainda não era notado por Lênin. Em 1912, quando os bolchevistas se declararam um partido independente dos menchevistas, é que Stálin finalmente caiu nas graças de Lênin, que o indicou para ser um dos membros do Comitê Central do Partido Bolchevique. Foi nessa mesma época que ele se tornou jornalista do *Pravda* (“A Verdade”), principal jornal do partido. Já em 1917 tornou-se Comissário do Povo para as Nacionalidades, posição alcançada por seu destaque, dedicação e também por ter impressionado o líder Lênin com uma monografia de sua autoria (“O Marxismo e a Questão Nacional”) sobre a questão das nacionalidades.

Durante todo o período de guerra civil (1917-1922), Stálin foi comissário político em diversas regiões da república, além de chefiar o Comissariado para as Nacionalidades. Interessante observar que quanto maior o poder que lhe era confiado, maior era o número de invasões que Stálin se propunha a fazer – a maioria delas com intuito de posicionar os correligionários bolchevistas no poder e agrupar territórios antes pertencentes ao império russo.

Em 1922, Lênin proclamou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), dotando-a de uma Constituição em 1923. Nesse período, Stálin acumulava inúmeras funções administrativas e burocráticas, que, aos olhos dos demais, eram atribuições enfadonhas, mas que lhe propiciavam maior controle da máquina social e, conseqüentemente maior poder.

Sobre a plataforma de poder que a burocracia cede ao detentor dela, Eugène Enriquez (2007, p. 33), em “As Figuras do Poder” sustenta:

O poder legal encarna-se no poder tecnoburocrático. [...] Seu objetivo é possibilitar a eficácia da organização. Nesse caso, ele é inerente à função e não à pessoa que o exerce. Em última análise, as pessoas são intercambiáveis. Sua personalidade, suas qualidades próprias desaparecem diante da necessidade de dotar o 'comportamento administrativo' exigido pela organização. [...] O chefe não apresenta um ideal, mas exerce o papel de guardião das leis e das regras. Seu poder é exercido através de uma série de regras e ordens previamente determinadas.

Com todo esse poder burocrático em mãos, Stálin dava cargos públicos a amigos, a fim de aumentar sua influência dentro do governo, promovendo sua liderança, fator complementar na instituição de um poder eficaz.

Para Enriquez (2007, p. 35) “[...] a possibilidade de liderança de um indivíduo era condicionada ao lugar efetivo ocupado por ele nas redes de comunicação [...]. Portanto, o poder só pode se manifestar a partir de situações peculiares que o favoreçam.”, e eram essas situações peculiares, definidas por Enriquez, que Stálin buscava com o acúmulo de funções burocráticas e o posicionamento de amigos em cargos públicos. Como peças de um quebra-cabeça que vão sucessivamente se encaixando, Stálin, de forma estratégica, ia maquinando sua ascensão ao poder, aumentando gradativamente sua influência.

Em 1923, Lênin sugeriu – em um adendo ao testamento já escrito – o afastamento de Stálin, então Secretário-Geral do Partido Comunista:

Stálin é demasiado rude, e este defeito tolerável nas relações entre comunistas torna-se intolerável no cargo de Secretário-Geral. Por isso, proponho aos camaradas que estudem um meio de afastar Stálin desse posto, nomeando um outro mais capaz que ele [...]. (ABARRAL e ESTEVÃO, 1986, p. 59).

Não obstante as intrigas partidárias e pessoais travadas com Trotsky, Stálin mantinha boas relações com outros líderes e suas respectivas famílias. Até meados da década de 30, os relacionamentos de amizade que possuía aconteciam de forma natural e pacífica. Stálin apreciava freqüentar a casa de seus vizinhos para jogar xadrez. Gostava muito de receber seus amigos em casa para jantar, ocasiões que mais pareciam continuações das reuniões partidárias, já que até mesmo suas brincadeiras tinham cunho político.

Segundo Montefiore, a base do poder de Stálin no partido não era o medo: era o charme. Conseguia se articular frente à classe dos magnatas como ninguém,

impressionando-os com suas palavras e sua presença marcante. Os magnatas se dirigiam a ele informalmente com o pronome de tratamento “você”, e às vezes até por seu apelido “Soso”:

O rosto de Stálin era ‘expressivo e versátil’, seus movimentos felinos ‘elásticos e graciosos’: ele zumbia de energia sensível. Todos que o viam ‘ficavam ansiosos para vê-lo de novo’ porque ‘ele criava o sentimento de que havia um novo laço que os ligava para sempre’. Artiôm disse que ele fazia ‘nós, crianças, nos sentirmos como adultos e nos sentirmos importantes’. Os visitantes ficavam impressionados com sua calma e modéstia, seu cachimbo, a tranquilidade. (MONTEFIORE, 2006, p. 74).

Sua habilidade para atrair mais seguidores de seus ideais revolucionários incluía demonstrar proximidade e intimidade em relação a pessoas que mal conhecia, fazendo com que seu interlocutor se sentisse à vontade na presença dele ou mesmo o considerasse um grande amigo.

Stálin sempre foi um amigo mais leal daqueles que conhecia muito menos. Quando um estudante de dezesseis anos lhe escreveu, mandou-lhe dez rublos de presente – gesto que o garoto agradeceu também por carta. Entregava-se constantemente a ataques de sentimentalismo em relação a amigos da juventude; ‘Estou lhe mandando 2 mil rublos’, escreveu a Peter Kapanadze, seu amigo do seminário que se tornou padre e que era então professor, em dezembro de 1933. ‘Não tenho mais agora (...). Suas necessidade são uma ocasião especial para mim, então mando meu royalties (do livro) para você. Também recebera 3 mil rublos de empréstimo (...). Viva muito e seja feliz’ – e assinou a carta com o nome do pai, ‘Beso’. (MONTEFIORE, 2006, p. 184).

Stálin era, de fato, um líder altamente sedutor, que aliciava com facilidade mais adeptos às suas convicções políticas. Enriquez (2007, p. 189) explica os mecanismos intrínsecos à sedução:

A sedução reside na aparência: um sorriso atraente, palavras escolhidas com precaução, fórmulas de efeito, frases proferidas de modo agradável e certa banalização dos problemas, fazem com que o discurso seja suficientemente sedutor.

Metaforicamente, o sedutor pode ser comparado a uma raposa, animal que simboliza a esperteza:

Ser imprevisível, o sedutor tem que ter vários truques na manga. Essa é a sua zona de liberdade. Mas não existe imprevisibilidade sem malícia. [...] O verdadeiro sedutor é uma raposa. [...] Um sedutor sem malícia é um raposa sem

dentos. Por esse motivo, ele deve saber dosar o que pode ser dito e o que deve permanecer secreto. [...] Ele próprio deve ser, ao mesmo tempo, transparente e secreto. Pode-se dizer tudo dele, mas ninguém jamais conhecerá sua verdade íntima, talvez nem ele mesmo. [...] No entanto, qualquer indivíduo sabe muito bem que, no fundo, o sedutor não gosta mesmo é de ninguém, além dele próprio, e que o único sentimento que tem por seus concidadãos muitas vezes não passa de desprezo e condescendência. (ENRIQUEZ, 2007, p. 190-191)

Segundo a definição de Weber para o carisma desmascarado, Eugène Enriquez (2007, p. 29) em “As Figuras do Poder” argumenta:

É preciso entender por carisma uma qualidade extraordinária de um homem, seja ela real, suposta ou pretendida. Assim, a autoridade carismática deve ser compreendida como uma autoridade sobre os homens (sendo ela principalmente interna ou internalizada) à qual os sujeitos se submetem, em virtude de sua crença nessa qualidade extraordinária da pessoa considerada. A legitimidade do poder carismático baseia-se, assim, na crença em poderes mágicos, na crença da revelação, na crença dos heróis; sua fonte é a ‘confirmação’ da qualidade carismática através dos milagres, vitórias e outros sucessos tais como prosperidade dos governados.[...] Se por outro lado, essa confirmação desaparece, a crença se estancará, deixando seu lugar ao ódio. Mussolini será enforcado por seus antigos partidários.

Sennett define o líder carismático com propriedade:

A autoridade carismática é naturalmente instável. [...] Carisma é um ato de debilitação – eis em que se transforma, numa cultura secular, o ‘dom da Graça’. Na vida política, essas figuras carismáticas não são titãs nem demônios, nem os reis antigos de Weber, nem o pai que subjuga os desejos irrefreados de seus filhos, como em Freud. É o homenzinho que agora se tornou herói para os outros homenzinhos. É uma estrela; caprichosamente embalado, sub-exposto e tão franco a respeito do que sente, ele governa um domínio em que nada se transforma muito, até que se torne uma crise insolúvel. (SENNETT, 1989, p. 357).

Como Stálin era um líder muito carismático e encantador, conseguia estabelecer fortes laços de amizade com seus correligionários e comumente os presenteava com bens materiais, cargos e jantares. Durante as reuniões do Politburo, consta que Stálin trocava bilhetinhos com seus colegas de partido, a maioria deles em tom de brincadeira, fazendo graça de alguém, em relação às suas vestimentas e oratória.

Enriquez (2007, p. 76) faz algumas reflexões sobre o que representa o poder e como capta adeptos na sociedade:

O poder sempre tem uma face, encontra sua encarnação num indivíduo ou num grupo que serve de ponte para as relações entre povo e Estado, entre trabalhadores e empresa. É essa face que agora temos que tentar desvelar (pelo menos em parte) para tentarmos compreender os motivos pelos quais as forças de morte agem com tal impacto sobre a sociedade. [...] por que motivos sistemas sociais identificam-se, em determinado momento, a certos tipos de indivíduos, aceitando-os (ou entronizando-os) como chefes, tomando-os como modelos; as razões pelas quais eles moldam os homens conforme um determinado registro e marginalizam aqueles que não aderem a esse pattern, por que motivo sociedades inteiras ficam loucas, ainda que essa loucura pareça perfeitamente aceitável a seus membros.

Foucault defende que o poder não existe em si mesmo, não se configura em essência tampouco em atributo. O que existem são relações de poder, que necessariamente representam relações de força. Contudo, o poder não é propriedade de quem detém seu exercício. O poder não é passível de ser apropriado nem apoderado, somente de ser exercido.

Também é possível afirmar que o poder qualifica à posição dominante aqueles que o exercem, em contraposição à posição de sujeição dos dominados. Os dominantes consolidam seu poder por meio do conjunto de suas posições estratégicas estabelecidas na estrutura social, segundo a concepção foucaultiana.

Para o psicanalista J. Lacan, a partir do momento em que alguém ascende ao poder, sua personalidade e seu psiquismo sofrem profundas modificações. Mesmo que não admita, o novo governante passará a olhar os outros, do alto de sua superioridade, de forma diferente, pois agora eles constituem a massa dos governados e dominados.

Pelo simples fato de estar no poder, tudo passa a girar em torno do que ele representa e de sua manutenção. Poucos são os indivíduos que dimensionam o poder como algo transitório e impermanente. Sobre a maioria, o impacto do exercício do poder é tão forte a ponto de desencadear uma espécie de obsessão em perpetuá-lo indefinidamente ou mesmo eternizá-lo. Há casos em que tal obsessão se converte em verdadeira patologia psiquiátrica, podendo chegar ao extremo, às fronteiras da loucura.

O caráter envolvente das relações de poder inocula nos dominantes a necessidade frenética de assegurar a ilusória onipotência de algo que nem sequer lhes pertence. Apenas detêm seu exercício, teoricamente, em nome das necessidades da massa social que lhes confia a representação, seja esta democrática ou imposta. Em verdade, alcançar o poder é o primeiro passo para toda uma existência pessoal e política na busca vã pela sua manutenção.

No caso da trajetória política de Stálin, verifica-se que após a morte de Lênin, em janeiro de 1924, ele se tornou ainda mais obsessivo pelo poder, já que não haveria obstáculos pelo caminho que o levaria ao topo. O antigo líder socialista do povo não mais poderia freá-lo. Com o objetivo de afastar todos que pudessem atrapalhar sua ascensão ao poder, Stálin resolveu romper repentinamente com seus parceiros do triunvirato e se unir a uma ala de direita do Politburo, que apoiava medidas em favor do enriquecimento dos fazendeiros. Trotsky, acusado de fomentar a oposição interna, foi expulso do Partido Comunista em 1927 e deportado para a Turquia em 1929, o que permitiu a Stálin assumir, sem oposição significativa, o controle do Partido Comunista e do governo soviético.

No final da década de 1920, Stálin enterrou a Nova Política Econômica implantada por Lênin para planejar por inteiro a economia do país. O Primeiro Plano Quinquenal (Piatiletka), idealizado pelo Comitê de Planejamento (Gosplan), foi aprovado em 1928 e previa a coletivização de 20% das fazendas soviéticas. Com isso havia um comprometimento do crescimento industrial, já que as fazendas seriam fontes produtivas para os camponeses.

No início da década de 1930, Stálin ainda não tinha características marcadamente ditadoras. Seu lado humano e benevolente ainda prevalecia sobre o turbilhão nefasto e cruel que havia em seu interior. Era capaz de pedir desculpas quando magoava alguém de sua família ou algum colega de trabalho. Em suas viagens de final de semana, quando ia com a família para sua casa de campo, mostrava-se sempre muito amoroso com as crianças, mas tinha uma tendência a não gostar tanto dos meninos quanto gostava das meninas.

Quiçá a figura violenta do pai tenha contribuído para a internalização de registros negativos em relação a figuras masculinas, inclusive fomentando comportamentos vingativos e destrutivos, baseados em seus sentimentos de constante ameaça e paranóia.

A tendência de Stálin a demonstrar mais simpatia por membros do sexo feminino também pode se explicar em virtude dos sentimentos que nutria por sua mãe, os quais oscilavam entre amor e ódio:

Os verdadeiros sentimentos de Stálin em relação a sua mãe eram complicados porque ela gostava de bater nele e pelos supostos casos dela com seus

padrões. Há uma pista desse possível complexo de santa-puta em sua biblioteca: ele sublinhou um trecho de Ressurreição, de Tolstoi, sobre uma mãe que é ao mesmo tempo boa e má. Mas ela também tinha tendência a fazer comentários inconvenientes, ainda que perspicazes. Keké perguntava-se por que Stálin rompera com Trotsky: os dois deveriam governar juntos. Agora, sentado sorridente ao lado dela, ele fez a pergunta reveladora: 'Por que você me batia tanto?' 'Por isso que você ficou tão bom', respondeu ela, antes de perguntar: 'Iossif, o que você é agora exatamente?' 'Bom, lembra do czar? Pois é, sou uma espécie de czar.' 'Você teria feito melhor se fosse padre', disse ela, comentário que deleitou Stálin. (MONTEFIORE, 2006, p. 217).

Em 1º de dezembro de 1934, o principal líder do Partido Comunista em Leningrado (São Petersburgo) e grande amigo de Stálin, Sergei Kirov, apareceu morto. A morte de Kirov foi o pretexto para os grandes expurgos decretados por Stálin, no período de 1936 a 1938. Era o início do Grande Terror, regime arbitrário encabeçado por Stálin que contava com uma forte estrutura policial e militar, cujo principal objetivo era a eliminação sistemática dos inimigos de seu governo.

A partir daí, as liberdades individuais passaram a não mais existir e julgamentos sumários podiam resultar em penas de prisão (por volta de 1940, havia 2 milhões de presos na URSS), deportação, trabalhos forçados ou morte. Aliás, as execuções tornaram-se constantes. Calcula-se que Stálin tenha sido responsável pela morte de 12 milhões de pessoas, já que não admitia a menor discordância em relação ao seu regime. Qualquer cidadão cujo comportamento fosse tido como traição ao partido era passível de assassinato. Ninguém estava a salvo, nenhum grupo social ou profissional podia considerar-se fora de perigo e imune de perseguição, pois vigia a arbitrariedade.

Stálin recebia muitas denúncias e acusações, quase sempre desprovidas de indícios de autoria e materialidade. "Não conheço aquele homem ali, mas posso dizer que pela expressão em seus olhos que ele é um Inimigo do Povo." (MONTEFIORE, 2006, p. 287).

A personalidade dominadora e vingativa de Stálin o permitia cometer as mais diversas atrocidades, inclusive contra crianças. Aquelas que fossem reputadas "socialmente perigosas" tinham sua liberdade tolhida. Aproximadamente um milhão de crianças cresceram em orfanatos socialistas, que eram verdadeiras prisões, ficando privadas do convívio familiar por décadas. Ainda mais grave era a ousadia e a crueldade que Stálin tinha ao autorizar o fuzilamento de menores a partir de 12 (doze) anos, em decorrência de atos de vandalismo comumente praticados nessa faixa etária.

O Terror infligido ao povo russo não foi o mesmo praticado por Hitler. Na Alemanha, a violência do *fürer* focava classes específicas (judeus e ciganos). Na Rússia, a repressão era feita de modo aleatório e acriterioso pelos mais variados motivos, inclusive banais: um comentário mal colocado, exteriorização de inveja dos bens ou da posição social alheia, vingança. Acreditava-se que a morte de inocentes compensava a eliminação dos possíveis espiões, conforme expressado por Montefiore (2006, p. 253):

A matança seria deliberadamente aleatória: 'Haverá algumas vítimas inocentes nesta luta contra os agentes fascistas', disse-lhes Iejov. 'Estamos lançando um grande ataque ao inimigo; que não haja ressentimentos se batermos em alguém com o cotovelo. É melhor o sofrimento de dez pessoas inocentes que a fuga de um espião. Quando se corta madeira, saltam lascas.'

Saliente-se, todavia, que o Terror não foi somente praticado por Stálin. Os assassinatos em massa começaram logo depois que Lênin assumiu o poder, em 1917, e só terminaram depois da morte de Stálin. Tudo em nome dos ideais revolucionários e de tempos melhores no futuro. "[...] se precisar atentar contra o sangue de alguém, deverá fazê-lo com uma decorosa justificação e com uma razão manifesta." (MAQUIAVEL, 1999, p. 96)

Ocorre que quando Stálin ocupava o poder, o Terror se intensificou e se alastrou, assumindo feições ainda mais repugnantes. Ele não havia traçado nenhum plano para aumentar o Terror, mas acreditava, obsessivamente, que os membros do partido tinham de ser ameaçados para se submeterem e que os adversários políticos precisavam ser eliminados.

O objetivo era 'acabar de uma vez por todas' com todos os inimigos e com aqueles impossíveis de educar no socialismo de modo a acelerar o desaparecimento das barreiras de classe e, portanto, a instauração do paraíso para as massas. Essa solução final era um massacre que fazia sentido em termos da fé e do idealismo do bolchevismo, que era uma religião baseada na destruição sistemática das classes. [...]. Os detalhes não importavam: se a destruição dos judeus por Hitler foi genocídio então aquilo foi democídio, a luta de classes se transformando em canibalismo. (MONTEFIORE, 2006, p. 264).

Com efeito, nessa época, o regime de Stálin assumiu feições notadamente totalitaristas:

Quando o interesse comum da política se transforma no interesse único privado do regime tirânico e da sociedade de massas surge a destruição da comunhão na esfera pública criando-se as condições para o aparecimento do totalitarismo. Especificamente, a sociedade de massas destrói a esfera privada e a esfera pública: impede a pluralidade de opiniões num espaço público comum; exclui os homens da casa e da família enquanto refúgios perante o mundo. (ANTUNES, 2007, p. 10)

É nessa época que as características paranóicas do líder soviético ficam evidentes. Sempre atento, acreditando existir uma conspiração em cada esquina, Stalin convenceu a todos que o país estava ameaçado por espiões sabotadores, inimigos do povo, que queriam destruir o legado de Lênin e as conquistas da revolução. Sentindo-se constantemente ameaçado, sua “mania de perseguição” cristalizou a convicção de que era necessário pôr fim a tudo que pudesse representar perigo, não somente fora do partido, mas principalmente dentro dele.

Leitão explica que é na área política que a desconfiança atua como um “motor paranóico”, característico da personalidade de pessoas ocupantes de cargos de poder, sendo também de um fenômeno da própria estrutura do poder. É um fenômeno caracterizado por um estado paranóico insensato em que projeções de defesa são atribuídas contra um facínora, estabelecendo relações, geralmente ligadas ao poder, de perseguidor e perseguido.

No entanto, apesar de frente às vivências sociais o paranóico apresentar características plenas de normalidade, no nível inconsciente, apresenta pontos de um tipo de delírio pautado na idéia de perseguição, como já dito, além de pensamentos onipotentes, ciúmes e convicções irreduzíveis.

Enriquez (2007, p. 77-78) descreve com precisão o modo de ser do líder paranóico:

O paranóico fala. O discurso e a escrita são provas de sua existência, de seu poder. Ele não só declara sua grandeza (ou a busca dela), mas também passa uma mensagem de salvação, de redenção da humanidade. O paranóico é um messias, enviado para colocar ordem e garantir o reinado da verdadeira lei, da qual ele é o único possível porta-voz. Ele anuncia uma nova origem e uma nova fundação do sistema social a partir de sua entrada no mundo. [...] O que ele proclama é a verdade. Ele confunde completamente crença, saber e verdade. Aquilo em que acredita, o que pensa, é necessariamente verdade.

Se aquilo em que acredita é necessariamente verdade, para o paranóico é de fato verdade sua mania de perseguição, apesar de a mesma existir somente em seus pensamentos. E esses pensamentos o levam às mais absurdas ações.

Além disso, o poder paranóico encontra-se atrelado a sentimentos predominantemente narcisísticos:

O poder paranóico nos revela assim sua verdadeira face: impossibilidade de ultrapassar o estágio do mais mortal narcisismo, em que os objetos sociais só existem para testemunhar a onipotência do mestre, discurso do amor e da pulsão de vida que não passa do discurso do fascínio e da vertigem, discurso da ordem, que na realidade não passa do discurso da violência nua e da destruição; incapacidade de discernir lei simbólica de lei encarnada (o paranóico é a lei) [...]; possessão do saber absoluto (ele possui todas as respostas a todas as questões possíveis). Vamos acrescentar um elemento que ainda não tivemos oportunidade de enfatizar: o poder paranóico precisa de espaço para se desenvolver (espaço vital caro a Hitler, anexação de territórios pela União Soviética, desejo por parte do Japão de conquistar a Ásia...). (ENRIQUEZ, 2007, p. 80).

Como reflexo de seu governante,

a sociedade paranóica apresenta-se: 1) sob a forma de um totalitarismo despótico (ligado à palavra de um mestre que tenta fazer da sociedade uma cópia de si mesmo); 2) favorável à criação de um sistema fechado, asfixiante e repetitivo no qual a violência é a regra e o fascínio é o fundamento; 3) articulada no desejo de realização de um mito: o do mundo que voltou a suas origens (foi recriado) e que dessa vez tomou o caminho certo. (ENRIQUEZ, 2007, p. 85)

A paranóia de Stálin era tão intensa que nem mesmo seus antigos companheiros bolcheviques foram poupados: a maioria foi presa (cerca de 35 mil) ou morreu fuzilada. Nem mesmo o Exército Vermelho escapou: metade do número de oficiais que estavam acima da patente de major foi eliminada, inclusive treze dos quinze generais. Entre eles, estava Mikhail Tukhachevsky, acusado, injustamente (conforme foi apurado por investigação feita após a morte de Stálin), de ser agente do serviço secreto alemão. A Polícia Secreta também foi atingida; os chefes lagoda e lejev foram presos e executados. Stálin ainda deportou muitos outros militares para a Sibéria, acreditando que queriam afastá-lo do poder. Por ordem de seu próprio comandante militar supremo, em 1938, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o exército soviético estava desfalcado e enfraquecido.

Tal fato foi aproveitado por Hitler quando, na madrugada de 22 de junho de 1941, decidiu invadir e atacar a URSS, ofensiva que ficou conhecida como Operação Barbarossa.

Stálin foi pego totalmente de surpresa. Todas as evidências de um ataque iminente devido à concentração de tropas alemães nas fronteiras da URSS foram desconsideradas por ele. Mesmo diante das primeiras notícias da invasão alemã ao território russo, Stálin ordenou que a artilharia não respondesse de imediato. Cogitava a possibilidade de haver algum mal entendido, já que, em agosto de 1939, havia sido firmado o pacto de não-agressão germano-soviético (Acordo Ribentrop-Mólotov), pelo qual Stálin e Hitler partilharam a Polônia entre si e acertaram um intercâmbio de produtos entre ambos os países. A Alemanha se comprometera a fornecer máquinas e equipamentos para a URSS em troca de petróleo, ferro e cereais.

O líder soviético estava enganado, não havia nenhum mal entendido. Esperto, Hitler virou o jogo justamente quando Stálin confiava nele. O ditador nazista pretendia conquistar novos territórios e eliminar a ameaça judaico-comunista.

No início, a URSS estava em franca desvantagem, mas resistiu bravamente e conseguiu, ao longo de 4 (quatro) anos de conflito, virar o jogo a seu favor. O Exército Vermelho, liderado pelos marechais soviéticos Zuhkov e Konev, quebrou a capacidade ofensiva do exército alemão, tomando Berlim, em abril de 1945, o que culminou na rendição da Alemanha no dia 8 de maio daquele ano.

A guerra germano-soviética, que se constituiu numa verdadeira disputa étnico-racial, ocupou um capítulo separado na história da Segunda Guerra Mundial, devido à intensa destruição que provocou. Somente em solo soviético a Alemanha teve cerca de três milhões de baixas, o que representou mais de 70% dos seus efetivos. A URSS, por sua vez, teve cinco milhões de baixas.

A URSS saiu vitoriosa da Segunda Guerra Mundial, mas foi um dos países que mais sofreu suas nefastas conseqüências: teve aproximadamente 1700 cidades destruídas, 70 mil fábricas desativadas e mais de 20 milhões de feridos e mortos.

Em virtude das inúmeras obras construídas por Stálin (represas, fundições de aço, estradas, metrô, pontes, edifícios e canais) e da vitória russa na Segunda Guerra Mundial, o povo esqueceu todas as atrocidades cometidas por ele durante o Grande Terror e passou a idolatrá-lo, o que contribuiu para seu fortalecimento no partido.

Além disso, a economia crescia em ritmo galopante, chegando a 180% ao quinquênio, o analfabetismo reduzia-se consideravelmente e milhares de cidadãos graduavam-se nas universidades do país. Depois da Segunda Grande Guerra, Stálin ainda enfrentou o poderio norte-americano na Guerra Fria, fomentou pesquisas e experimentos nucleares e explodiu a primeira bomba atômica soviética, em 29 de agosto de 1949.

Em seus últimos anos de vida (no final da década de 1940 e início da década de 1950), Stálin permaneceu recluso e participou de forma distante do XIX Congresso do Partido. Mas mesmo longe dos holofotes da política, não perdeu sua característica de desconfiança de todos, pois, segundo relatam Abarral e Estevão, quando seu filho foi feito prisioneiro pelos nazistas, recusou-se a entregar um general alemão em troca, o que levou ao fuzilamento de seu descendente.

Em 1953, os médicos do Kremlin foram acusados de conspiração contra a vida de dirigentes soviéticos. Estava para se iniciar mais uma fase de perseguições e mortes. No entanto, em 5 de março de 1953, Stálin veio a falecer, devido a uma hemorragia estomacal que evoluiu para um derrame no hemisfério esquerdo do cérebro. Até hoje sua morte evoca um certo mistério. Há diversas suposições, entre as quais, a de que Stálin foi envenenado durante o jantar da noite do dia 1º de março, em que estavam presentes quatro de seus assessores mais próximos: Nikita Khrushchev; Laurentis Beria, da Polícia Secreta; George Malenkov, secretário do Partido Comunista; e Nikolai Bulganin, ex-ministro da Guerra.

Como nos últimos anos Stálin vinha eliminando sistematicamente diversos de seus assessores mais próximos, inclusive diretores da Polícia Secreta, os membros do Politburo se sentiam constantemente ameaçados. Por isso é que a hipótese de assassinato não é improvável. No entanto, a verdade sobre a sua morte dificilmente será descoberta.

Montefiore (2006, p. 718) descreve os últimos momentos do líder soviético, com base na obra “Vinte cartas a meu pai”, de autoria de Svetlana Allilúieva, filha de Stálin:

Às nove e meia da noite, a respiração de Stálin era de 48 por minuto. Sua pulsação ficou mais fraca. Às 9h40, com todos observando, os médicos deram-lhe oxigênio. Seu pulso praticamente desapareceu. Os doutores propuseram uma injeção de cânfora e adrenalina para estimular seu coração. [...] Stálin teve um tremor após a injeção e ficou cada vez mais sem fôlego. Lentamente começou a se afogar nos próprio fluidos. ‘Seu rosto estava pálido’, escreveu

Svetlana, 'seus traços ficaram irreconhecíveis'. Ele literalmente se sufocou até morrer enquanto observávamos. A agonia da morte foi terrível [...]. No último minuto, abriu os olhos. Foi um olhar terrível, louco ou irado e cheio de medo da morte'. De repente, o ritmo de sua respiração mudou. Sua mão esquerda se ergueu. Uma enfermeira achou que era 'como uma saudação'. Ele 'parecia estar apontando para algum lugar acima ou nos ameaçando a todos', observou Svetlana. O mais provável é que estivesse simplesmente agarrando o ar em busca de oxigênio. 'Então, no momento seguinte, seu espírito, depois de um último esforço, arrancou-se de seu corpo.'"

As despedidas de Stálin foram acompanhadas de muita emotividade por parte daqueles que o serviram durante anos:

Ficaram apenas os criados e a família: 'Cozinheiras, motoristas e guardas, jardineiros e mulheres que serviam a mesa' surgiram agora do fundo da cena 'para dizer adeus'. Muitos soluçavam, e guarda-costas durões secavam os olhos com a manga, 'como crianças'. [...] Então a companheira mais próxima de Stálin, o conforto da solidão cruel desse monstro sem paralelo, *Váletchka*, que estava agora com seus 38 anos e trabalhara para Stálin desde os vinte, passou entre as criadas, 'caiu pesadamente de joelhos' e jogou-se sobre o cadáver com toda a dor despudorada das pessoas comuns. Essa mulher alegre, mas absolutamente discreta, que vira tanta coisa, estava convencida, e assim ficou até o dia de sua morte, de que 'nunca houve homem melhor na Terra'. (MONTEFIORE, 2006, p. 719).

Apesar de todos os absurdos que Stálin cometeu, seu falecimento foi uma verdadeira comoção nacional. Em Moscou, milhares de pessoas estiveram presentes em seu velório. Seu corpo foi embalsamado e depositado ao lado de Lênin, em um mausoléu. Acreditava-se que ele tinha sido um grande herói. Sua morte o tinha alçado à condição de mito e sua imagem idealizada pelo povo que chorava copiosamente eternizar-se-ia.

Vladimir Allilúiev (Redens) [sobrinho de Stálin], que teve o pai fuzilado por ordem de Stálin e cuja mãe enlouqueceu na prisão, insiste que ele era um 'grande homem com lados bons e ruins' [...] O 'sistema', e não Stálin, deve ser responsabilizado pelos 'erros', conclui Andréieva. 'Mas vocês, capitalistas ocidentais, mataram muito mais na Rússia com sua Aids do que Stálin jamais matou!' (MONTEFIORE, 2006, p. 727).

Tinha sido Stálin um bom governante na concepção maquiavélica:

Quem, portanto, julgar necessário, para o bem do seu nascente principado, garanti-lo contra os inimigos, vencendo-os pela força ou fraudulentamente; fazer novos aliados; fazer-se benquisto ou temido pelo povo, acatado e respeitado pelos soldados; liquidar aqueles que poderão ou deverão agir em

seu prejuízo; inovar com novos hábitos as usanças antigas; demonstrar severidade e gratidão, magnanimidade e liberalidade; dizimar as milícias infiéis e instituir uma nova; conservar a amizade dos reis e dos príncipes, de modo a que estes lhe sejam de bom grado prestadios ou que o afrontem com respeito [...]. (MAQUIAVEL, p. 44-45).

A esperteza de Stálin culminou em seu endeusamento porque incutiu na população a autoconfiança de que finalmente os russos contavam com um sistema político superior ao do Ocidente e pregou que a igualdade social e a fraternidade revolucionária libertariam o mundo da exploração capitalista.

Mas o herói Stálin não estava presente apenas no imaginário coletivo: “Na velhice de Mólotov, perguntaram-lhe se sonhava com Stálin: ‘Não com freqüência, mas às vezes. As circunstâncias são muito incomuns. Estou numa cidade destruída e não consigo encontrar a saída. Depois, encontro Stálin...’” (MONTEFIORE, 2006, p. 727).

Após o falecimento de Stálin, a acusação contra os médicos do Kremlin foi retirada, os métodos policiais antigamente praticados passaram a ser condenados, os presos políticos foram anistiados, a corrupção passou a ser punida e a economia soviética caminhava para um caminho mais próspero. Passado o impacto que a morte de Stálin causou, podia-se ver seu falecimento como um alívio aos soviéticos; iniciava-se uma nova fase na história daquele país.

Três anos mais tarde, por ocasião do XX Congresso do Partido Comunista, o sucessor de Stálin, Nikita Khrushchev, apresentou um relatório secreto que denunciava oficialmente todos os métodos cruéis e crimes sanguinários atribuídos ao líder revolucionário. Desse modo, o corpo de Stálin foi retirado do mausoléu junto a Lênin, na Praça Vermelha, em Moscou, para ser sepultado em uma cova comum fora do Kremlin.

No entanto, o líder soviético de outrora jamais será esquecido. Não apenas pelo que fez quando esteve no poder, mas também pelo que deixou registrado. Ele interveio na história para que sua própria versão dos fatos ficasse eternizada. Criou uma nova história, uma espécie de ortodoxia stalinista. Para se ter idéia, ele narrou a história da guerra sem citar o Marechal Zukov, que foi o principal comandante militar, da mesma forma que Trotsky foi apagado da Revolução Russa.

Sua intensa paixão pelos livros, pela literatura e pela história culminou na audácia de escrever os fatos históricos à sua maneira. Como detinha todos os poderes

sobre a União Soviética, por que não teria o poder de definir sua história escrita? Para ele, isso era um verdadeiro deleite, conforme narrado por Montefiore (2006, p. 172):

A biblioteca de história de Stálin foi toda lida e anotada; dava atenção especial às guerras napoleônicas, à Grécia Antiga, às relações entre Alemanha, Inglaterra e Rússia no século XIX e a todos os xás da Pérsia e czares da Rússia. Estudioso nato, ele sempre examinava o passado da questão do momento. (MONTEFIORE, 2006, p. 172)

Stálin não era apenas o supremo censor: ele apreciava seu papel de editor-chefe imperial, remendando sem parar a prosa dos outros, e adorava nada mais do que rabiscar a expressão que cobre as páginas de sua biblioteca – aquele risinho sombrio: ‘Ha-ha-ha’. (MONTEFIORE, 2006, p. 129).

Com propriedade, Enriquez (2007, p. 79) descreveu a relação do líder paranóico com a história:

Ele não acredita na história. Depois de sua passagem, a história pára. É ele que faz a história. [...] Será preciso destruir o velho mundo, os velhos valores, costumes absurdos. Para tanto é necessário agir com violência onde quer que haja resistências: os extermínios em massa, a guerra total, o campo de concentração serão o sinal de que sempre é possível matar sem ser submetido à morte.”

De fato, depois de Stálin, a história nunca mais foi a mesma. O impacto que seu governo causou sobre o povo russo não foi apenas pela quantidade de vidas ceifadas, nem pelo progresso social e desenvolvimento econômico após períodos difíceis de fome e escassez. Em verdade, o legado de Stálin foi sua ideologia em prol da revolução, capaz de justificar todos os atos cometidos, mascarando as incoerências e os absurdos perpetrados.

4 O PÚBLICO E O PRIVADO NA VIDA DE STÁLIN

O objetivo do presente capítulo é estabelecer a relação existente entre a vida pública e a vida privada de Stálin, a fim de possibilitar reflexões sobre a influência que situações peculiares vividas em sua esfera pessoal exerceram em seus atos e decisões como governante, e consequentemente, na história do povo russo.

A partir de uma diferente perspectiva, Foucault faz reflexões a respeito de como as relações de poder se processam na sociedade. Para ele, as relações de poder não possuem localização determinada e fixa na estrutura social; pelo contrário, propagam-se indeterminadamente e em seus vários pontos e níveis. Destarte, a disseminação do poder apresenta caráter difuso. Com efeito, não se restringem tais relações apenas ao âmbito estatal. Estão implícitas nas relações humanas em geral, permeando a estrutura social e delineando-se de acordo com o contexto histórico e político vigente. Por exemplo, existem relações de poder nas esferas familiar e militar, nas empresas, nas organizações em geral, na igreja, entre outras instituições. São as chamadas, na concepção foucaultiana, de micro-relações de poder, que subsidiam e contribuem para a constituição e sustentação de outras, e quiçá mais fortes, relações de poder.

Entender as relações de poder sob a ótica de sua microfísica significa desvelar uma diferente perspectiva de análise, a partir da qual o exercício do poder não tem o privilégio da unicidade. Não há um único poder monopolizado pelo Estado, mas diversos poderes – em diferentes graus e sob as mais variadas formas – exercidos autonomamente em relação ao ente estatal. As relações de poder que sucedem cotidianamente e permeiam o espaço privado constituem-se micro-relações de força que subsidiam as demais. Por sua vez, as micro-relações perpassam os indivíduos, atravessando-os e transcendendo-os, além de interligá-los como sujeitos de uma rede. Em termos de subjetividade, o indivíduo exerce o poder e o transmite, e, ao mesmo tempo, sofre sua ação dentro da estrutura social.

Não se deve tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre outros, de uma classe sobre outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado, aqui ou ali, nunca

está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte, ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. [...] o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu. (FOUCAULT, 1990, p. 183-184).

Interessante perceber que o fenômeno das micro-relações é identificado na vida privada de Stálin, como por exemplo, na convivência com sua esposa, Nadia Allilúieva. Existem, de fato, relações de poder na esfera familiar. Do mesmo modo, também se observa que a vida privada de Stálin não tinha uma delimitação intransponível e acabava transbordando para sua vida pública, conforme será exposto no presente capítulo.

Uma análise interessante a respeito da correlação entre vida pública e vida privada dos homens políticos é feita por Leitão, pois insere a psicanálise no campo da política, tomando por base sua própria experiência de vida, já que é, ao mesmo tempo, político e psicanalista. O autor confidencia que enfrentou grande dificuldade para separar o campo histórico-pessoal do ensaio político, pois enquanto a psicanálise busca conter o desejo sem que o afeto seja invalidado, a política, por sua vez, é algo declaradamente ambicionado, variante entre a racionalidade e a emotividade.

Segundo Leitão (2000, apud DOS ANJOS, 2003, p. 54),

o entendimento de que os fenômenos psicológicos estão na intimidade da práxis política de há muito foi estabelecido pela ciência política moderna e contemporânea, e sua confirmação temos em filósofos como Platão, Aristóteles e Locke. A República Platoniana é uma montagem étnica-psicológica que só terá equivalente na Utopia, de Thomas Morus. [...] Tais desenvolvimentos tinham até então o escopo da sociedade ideal e pensavam psicologia e política em termos de harmonia e normalidade. Entretanto nem uma nem outra é harmônica ou 'normal', mas funcionam tendo como alvo o equilíbrio possível. Este fato somente pode ser compreendido quando admitirmos que a política e a psicologia resultam da interação entre destruição e construção, bondade e crueldade, amor e ódio, paixão e razão.

A psicologia está fortemente relacionada aos fatos políticos, mesmo que, *a priori*, a política seja, preponderantemente, fruto de atos pensados, racionais. No entanto, uma análise mais profunda leva à conclusão de que por trás de atos tipicamente racionais, há uma série de fatores não-racionais, emocionais, psicológicos,

intuitivos, valorativos e sociais que geralmente não chegam a ser externados, embora influenciem sobremaneira as tomadas de decisão.

O positivismo em ciência social e política tem afirmado que o desejo e a paixão têm uma função impulsionadora imediata e que, alcançado o nível organizativo, estas emoções tornam-se incompatíveis com a vida política. Evidentemente, caso tomemos a questão somente na linearidade da lógica consciente, a política-paixão é o universo simétrico e oposto da política razão. Entretanto, mesmo tendo em conta que estas emoções não se dirigem para a integração-organização **e permanência**, sendo assim contrárias à configuração do corpo partidário que é uma estrutura racional, integrada e permanente, podemos admitir que haverá uma grande mudança de enfoque se introduzirmos nesta elaboração a dimensão do funcionamento inconsciente da práxis sóciopolítica. Esta é a única maneira plausível de entender por que a tomada de decisão política – uma ação racional e baseada na análise da realidade concreta – está sempre tão sujeita a interferências emocionais do tipo paixão, ou de qualidade francamente persecutório-paranóide. (LEITÃO, 2000, apud DOS ANJOS, 2003, p. 60).

É inegável que vida pública e privada se confundam, pois são facetas de um mesmo indivíduo. Inclusive para o próprio é difícil estabelecer limites claros entre os tantos papéis que deve desempenhar na sociedade: governante, ditador, líder, marido, pai e amigo.

Por exemplo, Stálin fazia de sua saúde – que deveria ser assunto íntimo, particular – uma questão inerente ao Estado. Não somente Stálin, mas fazia parte de uma tradição soviética o controle dos líderes pela saúde de seus chefes.

No começo dos anos 30, o Politburo de Stálin trabalhava tanto e sob tanta pressão que não surpreendia que a saúde de seus membros, já minada pelo exílio czarista e a guerra civil, ficasse seriamente comprometida. Suas cartas parecem atas de uma convenção de hipocondríacos. (MONTEFIORE, 2006, p. 107).

Não obstante todo o poder e influência que detinha como figura pública, dentro de sua casa, os pólos de dominação se invertiam e Stálin se submetia resignadamente aos caprichos de Nádia.

Essa imagem de Stálin como marido impotente, dominado pela mulher e encolhido no banheiro, assediado por Nádia, de olhos desvairados, deve ser a visão mais incongruente de toda a carreira do Homem de Aço. Mesmo desnortado, com sua missão sob ameaça, Stálin ficava desconcertado com as manias de Nádia. Ela disse a uma amiga que ‘tudo a entediava – estava cheia de tudo’. (MONTEFIORE, 2006, p. 117).

Em 9 de novembro de 1932, aconteceu uma tragédia que poderia mudar o rumo da URSS: o suicídio da mulher de Stálin.

A gota d'água é uma tragédia pessoal. Sua mulher, Nádia Allilúieva, resolve dizer o que pensava da política empreendida por Stálin. Uma noite, na presença de muitos outros importantes dirigentes do partido, fala da fome e do regime de terror imperante. Stálin faz com que ela se cale, com extrema violência e brutalidade. Nádia retira-se sozinha, voltando para a casa em que morava, suicidando-se na mesma noite. Pouco tempo depois, Stálin dispõe-se a pedir demissão de seu cargo. Na reunião do Politburo em que isso acontece, ninguém ousa lhe dizer qualquer coisa, sendo o silêncio quebrado por Mólotov, que resolve recusar a demissão secamente, então apoiado por seus pares. Stálin permanece no cargo. Jamais volta a viver outra situação como esta de dúvida do poder em suas mãos. Porque Stálin não foi deposto? (...) É que Stálin já não era um homem, mas uma legião." (ABARRAL e ESTEVÃO, 1986, p. 81).

A versão oficial divulgou que a causa da morte teria sido apendicite. No entanto, Nádia foi encontrada caída no banheiro, com um tiro na cabeça. Suprimira a própria vida, pois estava profundamente deprimida e abalada, entre outras coisas, pelas consequências terríveis do regime do marido. Após o referido episódio, Stálin jamais foi o mesmo.

Pelo resto de sua vida, Stálin ruminou sobre a morte dela. 'Oh, Nadia, Nadia, o que você fez?', cismava na velhice, pedindo desculpas: 'Havia sempre tanta pressão sobre mim'. Esse fracasso pessoal provocou uma das alterações seminais em seu caráter. [...] A deserção de Nádia o feriu e humilhou, rompendo mais um de seus poucos laços com a simpatia humana, redobrando sua brutalidade, seu ciúme e sua autopiedade. (MONTEFIORE, 2006, p. 140).

Stálin ficou de fato transtornado e em estado catatônico nos dias que se seguiram à morte de sua esposa, conforme narra Montefiore (2006, p. 140):

A família cuidou de Stálin, ficando de prontidão no apartamento, para o caso de ele precisar de alguma coisa. Uma noite, Jênia Allilúieva visitou-o, mas não havia nenhum som. Então escutou um guincho feio e encontrou o Vojd deitado no sofá, na semi-escuridão, cuspiendo na parede. Pôde perceber que ele estava ali havia muito tempo, pois a parede estava cheia de rastros de cuspe. 'Que diabo está fazendo, Ióssif?', perguntou ela. 'Você não pode ficar assim.' Ele não disse nada, de olhos fixos na saliva que escorria pela parede.

Consta que Stálin, antes que deixasse sua mulher ser enterrada, para a surpresa de todos, inclinou-se, ergueu a cabeça de Nádia e começou a beijá-la desesperadamente. Stálin teve reação semelhante em 1934, quando do funeral de

Kirov, seu amigo e correligionário de partido. De repente, fez com que os guardas que cerravam o caixão interrompessem o trabalho para que pudesse beijar a testa do morto.

Inegável que a perda de Nádía e Kirov, dois entes muito queridos por ele, teve uma influência nefasta na história da União Soviética, pois Stálin, tomado de fúria e paranóia, instituiu o cruel regime de Terror. Note-se que o referido contexto histórico foi motivado, em parte, por acontecimentos de sua esfera pessoal, evidenciando a comunicação entre vida pública e privada.

Segundo Leitão (2000, apud DOS ANJOS, 2003, p. 60), em “A paranóia do soberano: uma incursão na alma da política”, a paranóia fundamenta-se na constante de ameaça temida pelo governante não só no âmbito externo à sua organização política, mas também internamente, no âmbito pessoal. Tal processo intercala os níveis individual, político e social.

Sua paranóia fazia parte de um círculo vicioso pessoal que se revelaria letal para muitos que o conheciam, mas era compreensível. Suas políticas radicais levaram a repressões excessivas que provocaram a oposição que ele mais temia. Suas reações desequilibradas produziram um mundo em que ele tinha motivos para ter medo. Em público, reagia a tudo isso com um humor sarcástico e uma tranquilidade modesta, mas é possível encontrar amplos indícios de suas reações histéricas em particular. ‘Você não pode me silenciar ou manter minha opinião confinada’, escreveu Vorochilov durante as lutas com os direitistas, ‘contudo, você afirma ‘quero ensinar a todos’. Quando acabarão esses ataques a mim? Stálin’. Isso se estendia à família. Uma de suas cartas para Nádía se perdeu. Stálin estava obcecado pelo sigilo de suas cartas e planos de viagem. Impulsivamente, culpou sua sogra, mas Nádía a defendeu: ‘Você acusou mamãe. Acontece que a carta jamais foi entregue a ninguém. [...] Ela está em Tiflis’”. (MONTEFIORE, 2006, p. 82).

Para se ter idéia de até onde chegava caráter vingativo de Stálin, consta que, em junho de 1937, o correligionário Lejov desabafou com ele a respeito da conduta desonrosa de sua esposa. Stálin foi enfático: ninguém ficaria impune caso representasse ameaça ao partido bolchevique. Chocado, Lejov rebateu dizendo que seu problema conjugal era de cunho particular, não político. Stálin então confidenciou que ele próprio não se sentiria tranquilo caso descobrisse que alguma pessoa de seu convívio íntimo fosse inimigo do povo, recomendando, por fim, coragem ao amigo queixoso.

A situação supra descrita protagonizada por Stálin é mais um exemplo em que se percebe a interligação entre a vida privada e a vida pública do governante russo. No

referido episódio, as esferas públicas e privadas da existência de Stálin chegam não apenas a se confundirem, mas a ponto de se fundirem uma na outra. Questão pessoal, para ele, não deixava de ser também uma questão de Estado, conforme manifestou a lejov.

Suas crenças assumiram proporções inimagináveis. Stálin pretendia controlar até a mente das pessoas, ameaçando quem ousasse trair o partido mesmo que em pensamento. Desse modo, também invadia a esfera privada das pessoas. Não havia liberdade para se pensar o que quisesse.

Outrossim, é possível destacar que a educação rigorosa e machista com que criava a sua filha Svetlana não se restringia somente ao interior de sua residência. Mesmo na vida pública, Stálin não conseguia controlar seus impulsos anti-feministas e sua intolerância em relação a qualquer ato libidinoso vindo das mulheres. Para ele, joelhos femininos à mostra já configurava conduta inadmissível.

O terror adotado por Stálin também significou, entre outras coisas, a prevalência do moralismo pregado pelos bolcheviques sobre a liberdade sexual existente nos anos 1920. Certa feita, ao ver uma propaganda de cigarros georgianos que estampava a foto de uma moça sensual, ficou extremamente raivoso. Ordenou que a marca mudasse a foto, argumentando: “onde ela teria aprendido a se sentar assim? Em Paris?”.

Não obstante as manifestações moralistas que externava, Stálin se sentia atraído por mulheres de fenótipo específico: nariz arrebitado, olhos azuis, cabelos longos e peitos grandes, uma típica camponesa que poderia facilmente se passar por babá de seus filhos. Todavia, antes do aspecto físico, Stálin apreciava a submissão feminina – o que não desfrutava em seu lar, haja vista a insubordinação habitual e posição de comando que ocupava Nadia, suas esposa. Stálin admirava a discrição da jovem Valetchka que trabalhava como governanta e enfermeira em sua casa, culminando em um caso amoroso.

A interligação entre a vida pública e a vida privada de Stálin era tão intensa que, conforme visto, chegava até mesmo a ultrapassar a âmbito da sua pessoa. Tomado por impulsos paranóicos, o governante russo teve a audácia de invadir a esfera privada de outrem, eliminando as esposas de seus correligionários que considerasse espiãs ou que pudessem prejudicar a idolatria ao partido e a si próprio.

Essa suspeita candente da devoção dos maridos às esposas derivava, em parte, do fato de que ele não gostava de nada que interferisse na devoção cega ao partido e a ele mesmo. 'Stálin não reconhecia as relações pessoais', disse Kaganovitch. 'O amor de uma pessoa por outra não existia'. Ele via as esposas como reféns do bom comportamento de seus camaradas e punição para os maus. (MONTEFIORE, 2006, p. 357-358).

O fato de Stálin não reconhecer nem respeitar as relações pessoais de seus colegas de partido representa um reflexo de sua própria existência. A maneira de ser de Stálin revela que, para ele, não havia duas vidas distintas. Público e privado eram a mesma coisa – e não admitia quem pensasse de modo diferente.

Portanto, vida pública e vida privada são facetas convergentes de um governante. O que numa esfera pode ser sinônimo de virtude; na outra, provavelmente, significará desastre. Desse modo, conclui-se que cada esfera possui uma lógica própria de funcionamento.

Na realidade, a ambigüidade permeia a vida privada e a vida pública dos protagonistas políticos, sem significar, no entanto, a separação e a incomunicabilidade das esferas. Pelo contrário, as esferas pública e privada estão intrinsecamente interligadas, de modo que o que se opera em uma delas, tem reflexos – diretos ou indiretos – na outra. Tal fenômeno é facilmente identificado no decorrer na História, inclusive, e com muita intensidade, nas facetas pública e privada de Stálin, objeto deste estudo.

Por exemplo, o círculo de amigos de Stálin era repleto de complexos de inferioridades e a relação de amizade que ele tinha com seus amigos assemelhava-se a paixões adolescentes, pois oscilavam entre a admiração, o amor e o ciúme rancoroso: cada conquista ou vitória dos amigos representava uma pequena morte dentro de si.

Nesse ponto, é possível questionar se essa pequena morte dentro de si que Stálin experimentava não poderia ter dado ensejo aos seus rompantes contra a vida de certos indivíduos ou de milhares deles, em nome de motivações e ideologias políticas, nem sempre compreensíveis.

Os triunfos históricos de Stálin intercalavam-se com os trágicos acontecimentos de sua vida particular. Certa feita, recebeu uma carta contendo notícias perturbadoras a respeito de seus filhos: a libertinagem e o alcoolismo de Vassili, a sedução de sua

adorável Svetlana por um homem de meia-idade casado e a prisão de Iakov pelos alemães, com possibilidade de troca por um militar germânico. A dita carta arruinou as relações de Stálin com Vassili e Svetlana. Quanto a Iakov, a recusa de Stálin em efetuar a permuta proposta pelos alemães acarretou sua morte.

A forte relação que Stálin tinha com seu ego, que vem desde sua infância, também se transmudou para sua vida política. Apreciava a idolatria e o culto à sua figura, embora quisesse parecer modesto. Nas palavras de Montefiore (2006, p. 198), “[...] em suas muitas batalhas entre a vaidade e humildade, ele ao mesmo tempo estimulava os elogios e os desprezava.”

Stálin utilizava o culto de sua personalidade como arma ideológica.

O culto a Stálin chegando ao trágico ridículo de tornar comuns expressões dedicadas a ele como ‘Maior Gênio da História’ ou ‘Radioso Sol da Humanidade’. Ele próprio corrigindo sua biografia oficial, nela introduzindo frases em que se reafirma como ‘Lênin de Hoje’, o ‘gênio militar capaz de adivinhar os planos do inimigo e frustrá-los’. Além de ensinar que ‘Stálin jamais deixou que seu trabalho fosse prejudicado pela mais leve sombra de vaidade, presunção ou autolatria’. Um artigo escrito por Stálin era considerado uma contribuição fundamental ao saber, capaz de ‘revolucionar’ uma ciência, mesmo que esta fosse um campo absolutamente desconhecido por ele, como por exemplo a lingüística, em que investe suas opiniões feito um deus ditando regras. (ABARRAL e ESTEVÃO, 1986, p. 111).

O referido culto “[...] era tão difundido no país que ‘a palavra de Stálin era lei’, disse Khruchiov. ‘Ele não podia cometer erros. Stálin era capaz de ver tudo com clareza’.”

De fato, a ideologia pregada pelo líder russo era tão intensa que, mesmo após a sua morte, as pessoas o continuaram tendo como herói. Stálin foi transformado num ícone da revolução, uma espécie de figura mítica, apesar de seu regime totalitarista e de todas as atrocidades que cometeu.

CONCLUSÃO

“Sou do tamanho daquilo que vejo, e não do tamanho da minha altura.” Apesar de Stálin não ter conhecido o poeta brasileiro Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), levou ao pé da letra essa frase. Sujeito de baixa estatura, usava botas altas para parecer maior, e viveu para realizar seu sonho revolucionário e seus ideais socialistas, até as últimas conseqüências, inclusive milhões de mortes.

Desde jovem era ativista de movimentos políticos socialistas que lutavam pela tomada do poder das mãos da burguesia em prol do proletariado. Discípulo de Lênin, sua ascensão ao poder foi rápida e seu governo foi marcado pelo totalitarismo. A sociedade, oprimida, perdeu a autonomia, passando a ser controlada pelo Estado em todos os aspectos. A figura de Stálin como governante, portanto, pode ser entendida como a personificação do poder que, em nome da ideologia revolucionária, utilizou as massas como instrumento de concretização de suas demandas, tendo o Terror como pano de fundo.

Em meio ao contexto político, este trabalho procurou mostrar como a sucessão de fatos ocorridos na vida privada e íntima de Stálin, inclusive no âmbito de seu relacionamento familiar (com a esposa e filhos), teve repercussão, direta ou indiretamente, em sua vida pública e em suas decisões de cunho político.

Sua própria personalidade complexa foi combustível para muitos acontecimentos. Conservador, inteligente, tirânico, manipulador, cruel, sarcástico, vingativo, messiânico, obcecado e paranóico – não se poderia esperar um governo tranqüilo e pacífico de um indivíduo com tantas facetas.

Para Stálin, as questões pessoais não deixavam também de ser questões de Estado. Ele sustentava que caso descobrisse que alguma pessoa de seu convívio familiar fosse inimigo do povo, tomaria as medidas cabíveis. Vida pública e vida privada se confundiam e, em certos momentos, chegavam a se fundir.

Sua vida pessoal foi cheia de episódios trágicos, que, de uma forma ou de outra, acabaram transpassando a esfera do privado e produzindo efeitos na história do povo russo, posto que é impossível dissociar completamente o homem público do homem privado. Stálin, além de governante e ditador, era também marido, amigo e pai.

Conforme apresentado nesta monografia, após a morte de Nádía, sua esposa (1932), e Kirov, seu amigo correligionário (1934), Stálin voltou à cena política com as garras do terrorismo ainda mais afiadas, trazendo conseqüências nefastas a milhões de pessoas inocentes.

Embora se considerasse um líder socialista oposto aos tradicionais czares russos, em verdade, Stálin tornou-se um novo czar, governando autoritariamente um imenso império que começava na Europa e terminava na Ásia. Os trabalhadores e camponeses que deveriam ter sido emancipados e promovidos na sociedade foram reduzidos a uma massa inerte, passiva e obediente. Não obstante toda a dominação e barbaridades perpetradas por Stálin, o povo o idolatrava, pois além da vitória na Segunda Guerra Mundial, ele possibilitou desenvolvimento econômico ao país e avanços em vários setores – uma verdadeira ambigüidade histórica do ditador soviético, um dos governantes mais poderosos que já existiram.

Aliás, ocupar o poder, diz Lacan, "dá um sentido interiormente diferente às suas paixões, aos seus desígnios, à sua estupidez mesmo". As qualidades e defeitos ficam mais acentuados e o sujeito passa a admirar ainda mais a sua própria figura e as suas realizações, de modo narcisístico.

No entanto, embora muito convincente, o poder não passa de uma ilusão. Pouco são os governantes que conseguem de fato enxergar a verdadeira dimensão do poder que têm em mãos, a título de representação de toda a sociedade. O poder corrompe, seduz e faz com que o indivíduo traga à luz os mais inacreditáveis aspectos de seu temperamento e personalidade, como foi o caso de Stálin. De qualquer forma e apesar de todos os abusos que são cometidos em nome dele, o poder tem exercício temporário, em paralelo com a efemeridade da própria vida.

Por fim, as relações público-privado – que tiveram suas diferenças encurtadas, segundo conceitos de Foucault e Arendt, são elementos chave para a compreensão de aspectos do aparato Estatal. A sociedade pode ser lida através de uma justaposição que começa no nível individual até chegar ao Estado. Desse modo, há uma convivência constante entre a individualidade do governante e a política, razão pela qual não é possível desvincular esfera privada da esfera pública.

REFERÊNCIAS

ABARRAL, J; ESTEVÃO, J. C. **Stálin**: projeto passo à frente. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1986.

ANTUNES, M. A. **O público e o privado em Hannah Arendt**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Universidade da Beira Interior, Portugal. 2004. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-publico-privado.pdf>>. Acesso em: 04/04/2011

ARENDT, H. **A condição humana**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARIÈS, P. Prefácio. In: DE ROTERDÃ, E. **A civilidade pueril**. Lisboa: Estampa, 1978.

ARIÈS, P; DUBY, G. **História da vida privada**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BRESCIANI, S; NAXARA, M. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

COUTINHO, K. D. **Educação como mercadoria**: o público e o privado no caso do shopping centers. Scientific Electronic Library Online (SciELO). Educação e Sociedade. Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000300011&lng=in&nrm=iso&tlng=in>. Acesso em: 06/01/2011.

DE ROTERDÃ, E. **A civilidade pueril**. Lisboa: Estampa, 1978.

DOS ANJOS, A. S. D. **A sujeição ao outro**: o lugar comum da representação do discurso político. 135 f. Tese (Mestrado em Ciências da Linguagem) – Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão: 2003.

DUROSELLE, J. B. **Todo império perecerá**. 1. ed. Brasília: UNB, 2000.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. v.1.

ENRIQUEZ, E. **As figuras do poder**. 1. ed. São Paulo: Via Lettera, 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). 1. ed. São Paulo: M. Fontes, 1999.

_____. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993. v.1.

_____. **Microfísica do poder**. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

HAROCHE, C. **Da palavra ao gesto**. 1. ed. Campinas: Papyrus, 1998.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

MONTEFIORE, S. S. **Stálin**: a corte do czar vermelho. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MORAES, I. H. S. **Informações em saúde**: para andarilhos e agornautas de uma tecnodemocracia emancipadora. 274 f. Tese (Doutorado). Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública. São Paulo, 1998.

NÓBREGA, T. P. **Qual o lugar do corpo na educação?** Notas sobre conhecimento, processos, cognitivos e currículo. Scientific Electronic Library Online (SciELO). Educação e Sociedade. Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a15v2691.pdf>>. Acesso em: 23/04/2010.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHAPOCHNIK, N. **Linguagem, sociedade e cultura na Europa Moderna**. Revista USP, São Paulo, v. 28, 1996. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/28/20nelson.pdf>>. Acesso em: 23/04/2010.